



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE BENTO GONÇALVES EM 05.04.2016

Aos 05 dias do mês de abril de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves a Excelentíssima Senhora, **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO** Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, e da Assistente da Assessoria Técnica-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000489-45.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Substituta, Kelen Patrícia Bagetti, pelo Diretor de Secretaria, João Francisco Gonsales Galvão, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 23.04.1993

**Data da última correição realizada:** 09.06.2015

**Data de Implantação do PJe:** 05.09.2014

**Jurisdição:** Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Garibaldi, Guabiju, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Valentim do Sul, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

**1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 05.04.2016**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
<b>Silvionei do Carmo*</b> (em férias)	Juiz Titular	<b>Desde 25.01.2013</b>
<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	Juíza Substituta lotada	<b>Desde 05.10.2015</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016)

\* O magistrado encontrava-se no gozo de férias na data da visita correccional.



### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015 da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, à qual encontra-se vinculado o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata pertence à 55ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª Vara do Trabalho, a Coordenadoria de Controle e a Central de Mandados do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves. Essa circunscrição é dotada de lotação de 03 Juizes do Trabalho Substitutos.

### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Silvionei do Carmo</b>	<b>Juiz Titular desde 25.01.2013</b>		-
2	<b>Bruno Marcos Guarnieri</b>	<b>10.03.2014 a 15.09.2015</b>	Juiz Substituto lotado	<b>1 ano, 6 meses e 6 dias</b>
3	<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	<b>Juíza Substituta lotada desde 05.10.2015</b>		-
4	<b>Roberta Testani</b>	<b>16.09 a 04.10.2015</b>	Vacância de lotação da Unidade Judiciária	<b>19 dias</b>
5	<b>Daniela Meister Pereira</b>	<b>19.10 a 02.11.2015</b>	Férias do Juiz Titular	<b>3 meses</b>
		<b>26.10 a 17.11.2015</b>	Juíza Substituta lotada atuando no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata	
		<b>18.11.2015</b>	Afastamento da Juíza Substituta lotada	
		<b>19.11 a 18.12.2015</b>	Férias da Juíza Substituta lotada	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016)

### 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Silvionei do Carmo</b>	Férias	07.01 a 25.01.2015 20.07 a 02.08.2015 19.10 a 02.11.2015 28.03 a 05.04.2016*	<b>57 dias</b>
		Licença-nojo	09 a 16.10.2015	<b>8 dias</b>



Substituto(a) lotado(a)	<b>Bruno Marcos Guarnieri</b>	Férias	14.05 a 12.06.2015 17.08 a 15.09.2015	<b>60 dias</b>
	<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	Férias	19.11 a 18.12.2015 07 a 26.01.2016	<b>50 dias</b>
		Afastamento	18.11.2015	<b>1 dia</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016)

\* O término das férias do magistrado ocorrerá em 26.04.2016, porém o lapso temporal posterior à data da visita correcional foi desconsiderado dada a finalidade deste relatório.

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores lotados

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição do Posto vinculado.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, onde constam os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata.

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	João Francisco Gonsales Galvão	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	13.12.2010
2	Maurício Grazziotin Bavaresco <sup>1</sup>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	08.03.2013
-	Leandro de Paris <sup>2</sup>	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	09.06.2015



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

-	Evandro Tajes Wendt	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	01.03.2016
3	Gabriele Rohrig	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	25.06.2012
4	Rosa Maria Guadagnin Morel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	<b>29.01.2007</b>
5	Teresinha Aparecida Varela	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	<b>25.08.2010</b>
6	Jacó Luiz Tesser	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	<b>29.10.2007</b>
7	Leristânia Duarte Garcia Tonietto	Analista Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	<b>03.08.2009</b>
8	Germana Siqueira Schroden Nomelini <i>(Em férias)</i>	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	<b>30.09.2013</b>
9	Lucas Faria Cerqueira Estrela	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>10.12.2012</b>
10	Mariana da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>31.03.2014</b>
11	Gabriele Tochetto Caon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>28.10.2014</b>

**Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves à Disposição do Posto  
Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata**

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Maria Augusta Brusque da Silva	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente-Chefe de Posto (FC05)</b>	05.08.2013
2	Marli Gazzoni <sup>3</sup>	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	13.08.2012
3	Gilberto Alexandre Hansen	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	02.03.2015



4	Rejane Ferreira Viana	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	16.12.2015
---	-----------------------	---	---	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016)

<sup>1</sup> O servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 20.03.2006 a 22.04.2007.

<sup>2</sup> O servidor registra lotações anteriores na Unidade Judiciária de 09.10.1998 a 07.10.2004 e de 03.06 a 10.07.2013.

<sup>3</sup> A servidora registra lotações anteriores na Unidade Judiciária de 17.12.1998 a 27.05.2003 e de 29.01.2007 a 26.07.2009.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
2.251 processos	mais de 2.000	<b>15 servidores</b>	15 a 16 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando ao cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves **está de acordo** com os parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.



## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Evandro Tajes Wendt*</b> (desde 01.03.2016)	Teletrabalho	5	<b>5</b>
<b>Gabriele Rohrig</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>6</b>
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	4	
<b>Gabriele Tochetto Caon</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>2</b>
<b>Germana Siqueira Schroden Nomelini</b>	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>3</b>
<b>Gilberto Alexandre Hansen*</b> (desde 02.03.2015)	Curso ou Evento (CURS)	9	<b>9</b>
<b>Jacó Luiz Tesser</b>	Curso ou Evento (CURS)	7	<b>15</b>
	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	
<b>João Francisco Gonsales Galvão</b>	Curso ou Evento (CURS)	4	<b>4</b>
<b>Leandro de Paris*</b> (desde 09.06.2015)	-	-	-
<b>Leristânia Duarte Garcia Tonietto</b>	Curso ou Evento (CURS)	7	<b>80</b>
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	72	
<b>Lucas Faria Cerqueira Estrela</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>5</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
<b>Maria Augusta Brusque da Silva</b>	Curso ou Evento (CURS)	10	<b>10</b>
<b>Mariana da Silva</b>	Curso ou Evento (CURS)	6	<b>8</b>
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Marli Gazzoni</b>	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	<b>1</b>
<b>Mauricio Grazziotin Bavaresco</b>	-	-	-
<b>Rejane Ferreira Viana*</b> (desde 16.12.2015)	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>3</b>
<b>Rosa Maria Guadagnin Morel</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>4</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	



<b>Teresinha Aparecida Varella</b>	Licença-Gestante (LG)	120	<b>180</b>
	Licença-Gestante Prorrogação (LG)	60	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.03.2016)

\* Servidores lotados na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve restrição de horário do expediente externo para o das 14h às 18h, mantendo os prazos em curso e a realização das audiências, conforme a Portaria nº 02/2015, de 15.06.2015. Posteriormente ocorreu a suspensão da realização de audiências e o atendimento ao público no dia 30.06.2015; segundo a Portaria nº 03/2015, de 29.06.2015; e, por fim, foi restabelecido o horário normal de atendimento ao público a partir de 28.09.2015, pela Portaria nº 06/2015, com o término do movimento paredista, totalizando mais de 3 meses de adesão à greve pelos servidores. Informa-se que todas as portarias mencionadas foram expedidas pelo Juiz Titular da Unidade Judiciária.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Ari Antônio Heck	07.01.2011	<b>09.03.2015</b>	4 anos, 2 meses e 3 dias	Aposentadoria
2	Cesar Luiz Carraro	20.08.2014	<b>25.01.2016</b>	1 ano, 5 meses e 6 dias	Aposentadoria
3	Célia Maria Marques Ramos	13.04.2015	<b>08.03.2016</b>	10 meses e 26 dias	Lotação na 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente de Juiz (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.03.2016, atualizada em 10.03.2016)

## 2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	<b>Fernanda Becker Johann</b>	Superior em Direito	<b>16.04.2015 a 15.04.2016</b>
2	<b>Larissa Dalpozzo</b>	Superior em Direito	<b>14.09.2015 a 13.03.2016</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.03.2016)



## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Silvionei do Carmo</b>	-	-	20,5	<b>20,5</b>
Substitutos lotados	<b>Kelen Patricia Bagetti</b>	-	-	25,5	<b>25,5</b>
	<b>Bruno Marcos Guarnieri</b>	-	-	73	<b>73</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Evandro Tajés Wendt</b>	-	-	-	-
<b>Gabriele Rohrig</b>	-	-	24	<b>24</b>
<b>Gabriele Tochetto Caon</b>	-	-	14	<b>14</b>
<b>Germana Siqueira Schroden Nomelini</b>	-	-	122,5	<b>122,5</b>
<b>Gilberto Alexandre Hansen</b>	-	20	48	<b>68</b>
<b>Jacó Luiz Tesser</b>	-	-	62	<b>62</b>
<b>João Francisco Gonsales Galvão*</b>	-	-	31	<b>31</b>
<b>Leandro de Paris</b>	-	-	-	-
<b>Leristânia Duarte Garcia Tonietto</b>	-	-	62	<b>62</b>
<b>Lucas Faria Cerqueira Estrela</b>	-	-	14	<b>14</b>
<b>Maria Augusta Brusque da Silva</b>	-	-	143	<b>143</b>
<b>Mariana da Silva</b>	-	-	48	<b>48</b>
<b>Marli Gazzoni</b>	-	-	10	<b>10</b>
<b>Maurício Grazziotin Bavaresco</b>	-	-	41	<b>41</b>
<b>Rejane Ferreira Viana</b>	-	-	18	<b>18</b>
<b>Rosa Maria Guadagnin Morel</b>	-	-	55,5	<b>55,5</b>
<b>Teresinha Aparecida Varella</b>	-	-	20	<b>20</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.



### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE**

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves foi enquadrada na faixa de movimentação processual de mais de 2.000 processos por ano. **Essa média foi obtida com a soma dos processos que tramitam na própria Unidade, bem como aqueles que tramitam no Posto Avançado de Nova Prata, mas que estão vinculados à 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves.**

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com mais de 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Bento Gonçalves – 1ª Vara	2.208	2.212	2.327	2.249,00
<b>Bento Gonçalves – 2ª Vara</b>	<b>2.211</b>	<b>2.224</b>	<b>2.318</b>	<b>2.251,00</b>
Estância Velha – 1ª Vara	1.803	2.501	2.683	2.329,00
Osório – 1ª Vara	2.723	2.746	2.759	2.742,67
Porto Alegre – 30ª Vara	2.181	2.256	2.826	2.421,00
<b>Total</b>	<b>11.126</b>	<b>11.939</b>	<b>12.913</b>	<b>2.392,92</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

#### **3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	2.042	2.914	42,70%	3.008	3,23%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	388	563	45,10%	518	-7,99%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.792	2.011	12,22%	2.081	3,48%



<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	82	103	25,61%	97	-5,83%
<b>Total</b>	<b>4.304</b>	<b>5.591</b>	<b>29,90%</b>	<b>5.704</b>	<b>2,02%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

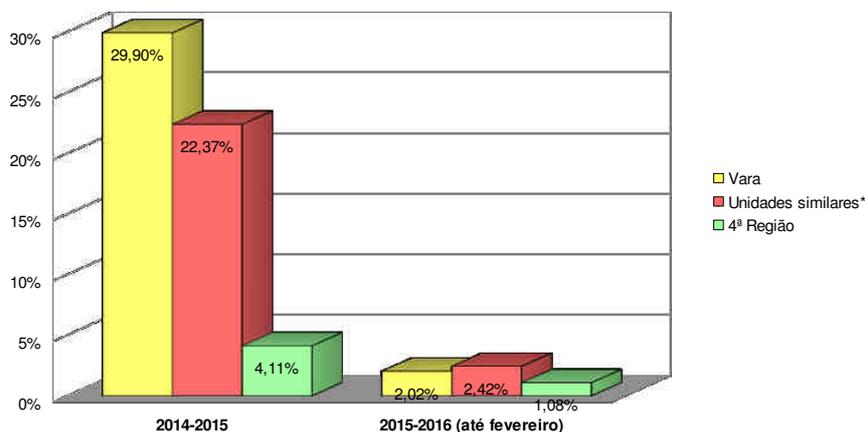
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 29,90% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 872 processos). Percentualmente, no entanto, a liquidação registrou o maior avanço (45,10%). Destaca-se, por relevante, que todas as fases processuais registraram aumento no estoque no ano de 2015.

A variação do acervo de processos na 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves em 2015 foi superior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que alcançou 22,37%, e está bastante acima da média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação.

Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 29.02)	Varição 2015-2016
<b>Casos novos</b>	2.348	2.318	-1,28%	446	-80,76%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	18	9	-50,00%	2	-77,78%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	1.639	1.705	4,03%	257	-84,93%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>1.446</b>	<b>1.692</b>	<b>17,01%</b>	<b>1.836</b>	<b>8,51%</b>

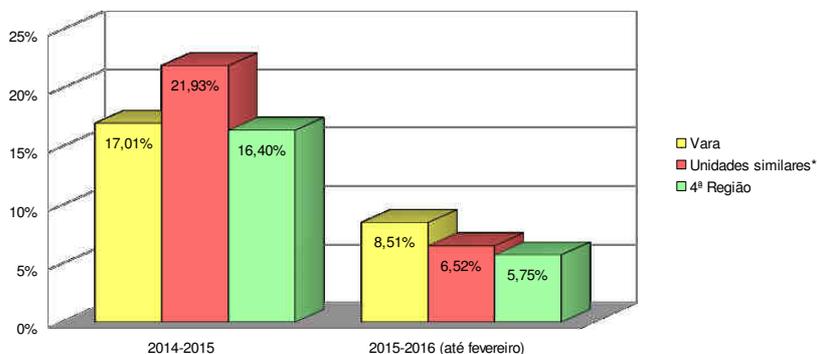
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 17,01% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.446 para 1.692 processos). Tal aumento foi inferior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 21,93% em seu acervo médio), e similar à média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque foi o número de casos novos ter superado o de processos solucionados no ano 2015 em 35,95%, diferença inferior à do ano anterior, que foi de 43,26%.

Outrossim, os dados dos dois primeiros meses de 2016 apontam aumento de 8,51% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é superior tanto à média das unidades com tramitação processual similar (6,52%), quanto à média toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (5,75%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (61,55%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve aumento de 81,82% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade (de 11 para 20 processos). Especificações no quadro abaixo:



Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	377	440	16,71%	547	24,32%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	941	1.086	15,41%	1.130	4,05%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	117	146	24,79%	99	-32,19%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	11	20	81,82%	60	200,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.446</b>	<b>1.692</b>	<b>17,01%</b>	<b>1.836</b>	<b>8,51%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Bento Gonçalves – 2ª Vara</b>	69,80%	73,55%	5,37%	57,62%	-21,66%
<b>Unidades similares*</b>	74,13%	74,99%	1,17%	68,46%	-8,71%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	85,97%	89,11%	3,66%	71,67%	-19,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 73,55% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 5,37% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 1,44 e 15,56 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Cachoeirinha – 1ª Vara</b>	44,55%	45,30%	1,68%	12,02%	-73,46%
<b>Unidades similares*</b>	46,29%	46,13%	-0,35%	12,95%	-71,92%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,85%	55,20%	-1,16%	12,60%	-77,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

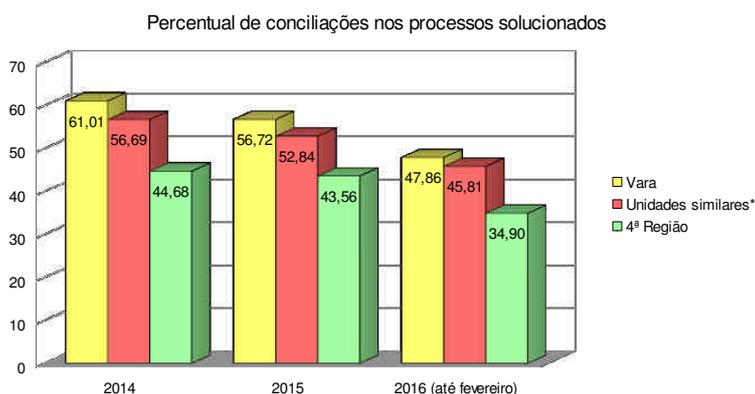
\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves foi de 45,30% do número total de processos





Todavia, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 1.000, representando 61,01% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 967, correspondendo a 56,72% das soluções na fase de conhecimento. Apesar da queda, o índice de conciliações na Unidade Judiciária em 2015 foi superior à média das demais unidades com tramitação processual similar à correcionada, que foi de 52,84%, e muito maior do que a média em toda a 4ª Região, que foi de 43,53%.



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	481	383	-20,37%	54	-85,90%
<b>Encerradas</b>	366	223	-39,07%	75	-66,37%
<b>Pendentes</b>	<b>411</b>	<b>549</b>	<b>33,58%</b>	<b>503</b>	<b>-8,38%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	8	0	-100,00%	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 411, em 2014, para 549, em 2015, importando em uma elevação de 33,58%. Esse percentual foi similar à média das demais unidades constantes da mesma faixa de tramitação processual, cujo aumento foi de 33,48%, mas bastante superior ao índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 5,88%.

O principal motivo dessa elevação foi a redução de 39,07% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre 2014 e 2015, já que o número de liquidações iniciadas também caiu 20,37% no período. Dessa forma, as liquidações iniciadas superaram as encerradas em 71,75% em 2015, ampliando situação desfavorável que já havia sido verificada em 2014, quando o número de liquidações iniciadas foi 31,42% maior do que o de encerradas.



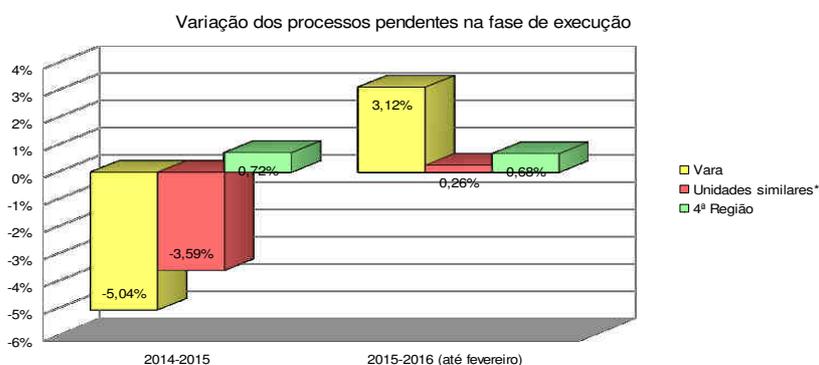


<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	393	413	5,09%	75	-81,84%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	77	35	-54,55%	2	-94,29%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	14	12	-14,29%	12	0,00%
	<b>Demais</b>	1.572	1.494	-4,96%	1.541	3,15%
	<b>Total</b>	<b>1.586</b>	<b>1.506</b>	<b>-5,04%</b>	<b>1.553</b>	<b>3,12%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		477	503	5,45%	497	-1,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves caiu de 1.586 para 1.506 processos, o que corresponde a um recuo de 5,04% em relação ao ano anterior. Essa redução de estoque foi um pouco maior do que a média das demais Unidades da mesma faixa de movimentação processual (que registrou recuo de 3,59%), mas destoou positivamente do aumento verificado na média geral das Unidades de 1ª instância da 4ª Região, que aumentou 0,72%.

O principal fator a contribuir para essa redução foi o aumento de 5,09% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, somado ao recuo de 33,78% no número de execuções iniciadas, de forma que o número de execuções encerradas superou o de iniciadas em 19,71% em 2015. Portanto, houve reversão da situação verificada em 2014, quando o número de execuções iniciadas foi 32,57% superior ao de encerradas.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Bento Gonçalves – 2ª Vara</b>	75,43%	119,71%	58,70%	83,33%	-30,39%
<b>Unidades similares*</b>	90,59%	107,15%	18,27%	102,76%	-4,09%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	95,90%	80,03%	-16,54%	65,70%	-17,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]



Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 119,71% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 58,70% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 12,56 e 39,68 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Bento Gonçalves – 2ª Vara</b>	13,28%	17,15%	29,18%	3,57%	-79,17%
<b>Unidades similares*</b>	14,31%	17,48%	22,12%	3,48%	-80,07%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	15,51%	15,39%	-0,79%	2,33%	-84,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves em 2015 foi de 17,15% do número total de execuções a encerrar – resultado 29,18% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho, no entanto, foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 0,33%, mas superior à média geral do TRT4 em 1,76%.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	148	73	-50,68%	23	-68,49%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	175	70	-60,00%	18	-74,29%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	1.140	1.117	-2,02%	1.345	20,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à



alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 29.02.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0001182-84.2012.5.04.0512
<b>Situação processual:</b> Em 13.11.2014, foi proferido despacho que declarou extinta a execução e determinou o arquivamento do processo. Em 11.03.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e, em 17.03.2015, os autos foram arquivados definitivamente sem registro de débito. <b>Histórico BNDT:</b> Em 01/08/2014, o autor, <i>Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul</i> , teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0090300-57.2001.5.04.0512
<b>Situação processual:</b> Em 25.01.2016, foi proferido despacho que dispensou a reclamada do pagamento das custas processuais e que determinou o arquivamento dos autos sem dívida. Em 01.02.2016, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”, mesma data em que os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débito. <b>Histórico BNDT:</b> Em 02.02.2012, os reclamados <i>A Pompermayer – ME e André Pompermayer</i> tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 29.02)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
<b>Embargos de declaração</b>	187	147	68	185	178	76	24	26	75
<b>Antecipações de tutela</b>	76	74	22	132	85	47	38	31	34
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	68	64	64	22	75	41	6	1	48
<b>Embargos à execução</b>	169	172	132	140	113	156	20	10	168
<b>Embargos à arrematação</b>	4	3	2	1	3	1	0	0	1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Embargos à adjudicação</b>	1	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	8	12	15	9	8	16	2	0	18
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>473</b>	<b>303</b>	<b>489</b>	<b>462</b>	<b>337</b>	<b>90</b>	<b>68</b>	<b>344</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 489 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma queda de 4,68% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 2,33% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 473 para 462; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu para 337 processos, correspondendo a um aumento de 11,22%. Destaca-se, por fim, que em 29.02.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 344 processos, saldo 2,08% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que corresponde à maior parte (48,84%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0136000-12.2008.5.04.0512</b>
<b>Situação processual:</b> Em 09.10.2012, o reclamante apresentou impugnação à sentença de liquidação. Em 29.10.2012, os autos foram conclusos para fins de despacho de mero expediente. Em 01.11.2012, foi proferido despacho rechaçando cada uma das insurgências levantadas pelo reclamante na impugnação à sentença de liquidação. No entanto, não foram lançados os andamentos de conclusão e de registro da decisão do juízo, motivo pelo qual a impugnação à sentença de liquidação permanece pendente junto ao sistema e-Gestão.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0001063-60.2011.5.04.0512</b>
<b>Situação processual:</b> Em 17.09.2013, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 23.04.2014, foi proferido despacho que deixou de receber o incidente, por intempestivo. No entanto, não foram lançados os andamentos de conclusão e de registro da decisão do juízo, motivo pelo qual os embargos permanecem pendentes de decisão junto ao sistema e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

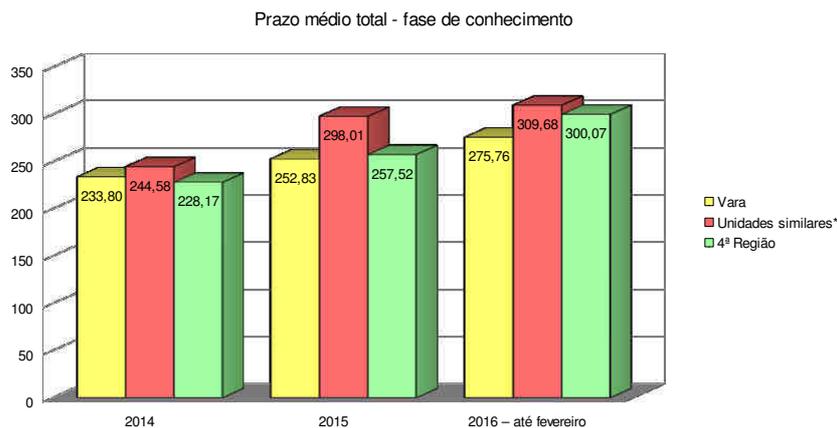
### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Média Sumaríssimo</b>	79,33	72,99	-8,00%	134,94	84,88%
	<b>Média Ordinário</b>	244,13	266,41	9,13%	285,23	7,07%
	<b>Média Geral</b>	<b>233,80</b>	<b>252,83</b>	<b>8,14%</b>	<b>275,76</b>	<b>9,07%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves apresentou uma elevação de 8,14%, passando de 233,80 para 252,83 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 8% em relação à média do ano anterior, passando de 79,33 para 72,99 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 266,41 dias, lapso 9,13% mais moroso na comparação com 2014.

Em que pese o aumento dos prazos, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 15,16% mais célere (45,18 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 1,82% mais célere (4,69 dias) que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:





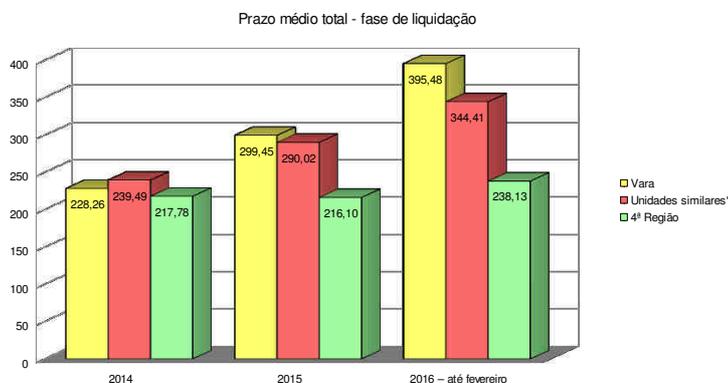
## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	<b>Média Sumaríssimo</b>	230	476,67	77,41%	486,33	2,03%
	<b>Média Ordinário</b>	228,21	296,21	17,68%	391,35	32,12%
	<b>Média Geral</b>	<b>228,26</b>	<b>299,45</b>	<b>31,19%</b>	<b>395,48</b>	<b>32,07%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 476,67 dias, o que equivale a uma elevação de 77,41% em relação à média do ano anterior. Outrossim, no rito ordinário o prazo médio alcançou 296,21 dias, 17,68% mais moroso na comparação com 2014.

Além disso, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 3,25% mais moroso (9,44 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 38,58% mais lento (83,36 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.



## 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

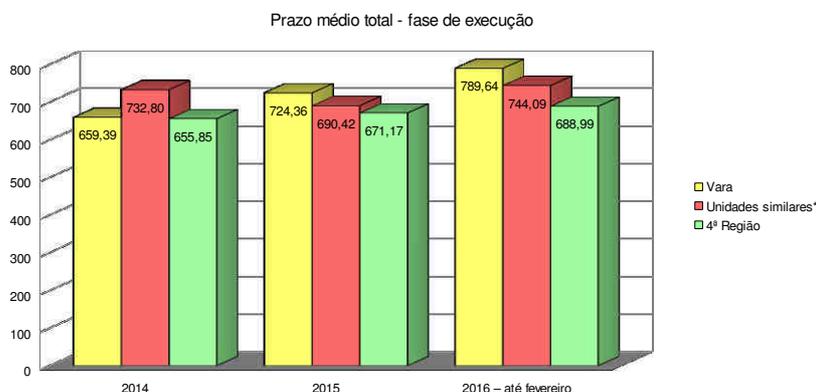
Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	<b>Média Ente privado</b>	650,14	705,35	8,49%	774,35	9,78%
	<b>Média Ente público</b>	828,55	913,61	10,27%	913,87	0,03%
	<b>Média Geral</b>	<b>659,39</b>	<b>724,36</b>	<b>9,85%</b>	<b>789,64</b>	<b>9,01%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)



O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 650,14 dias, em 2014, para 705,35 dias, em 2015. Da mesma forma, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 828,55 dias, em 2014, para 913,61, em 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves foi 4,92% mais moroso (33,94 dias), e prazo 7,93% mais longo (53,19 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinalase que a Unidade em 2015 apresentou desempenho bastante abaixo daquele verificado em 2014, quando a média processual na Unidade foi mais célere que as das demais unidades de mesma faixa de movimentação processual, e o desempenho foi similar ao da média geral de todo o TRT4.



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
2.318	1.705	73,55%	Meta não cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
1.051	1.038	98,76%	Meta cumprida



**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
239	365	<b>152,72%</b>	<b>Meta cumprida</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
2	2	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	7	9	<b>6</b>	<b>Meta não cumprida</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	15	15	<b>14</b>	<b>Meta não cumprida</b>
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0	<b>0</b>	<b>Meta cumprida</b>
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	23	21	<b>22</b>	<b>Meta cumprida</b>
5º	União	3	14	<b>2</b>	<b>Meta não cumprida</b>
6º	OI S.A.	7	2	<b>6</b>	<b>Meta cumprida</b>
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	3	<b>4</b>	<b>Meta cumprida</b>
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	14	19	<b>13</b>	<b>Meta não cumprida</b>



9º	Banco do Brasil S.A.	15	12	14	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	233,8	252,83	231,47	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	1.041	1.000	1.020,5	967	1.031	Meta não cumprida

### 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
446	257	57,62%	Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta



**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
1.128	1.007	89,27%	<b>Meta ainda não cumprida</b>

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 29.02)	Meta para 2016	Resultado parcial (até fevereiro)
<b>Total de acordos</b>	1.041	1000	1.020,5	123	<b>1.041</b>	<b>Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	86,75	83,33	85,04	61,50	<b>86,75</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 29.02)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
90	55	<b>61,11%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2013 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 e julgadas entre 1º.01.2014 e 31.12.2016	Grau de cumprimento	Resultado
1	1	<b>100,00%</b>	<b>Meta já cumprida</b>



**5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.**

META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até janeiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	9	8	8	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	15	16	14	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	21	19	20	
5º	União	14	13	13	
6º	OI S.A.	2	2	1	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	6	2	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	19	17	18	
9º	Banco do Brasil S.A.	12	12	11	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas pela manhã e pela tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	5(I) 2(U)* 3(P)	5(I) 2(U) 3(P)	-	-	-
<b>Tarde</b>	5(I) 4(P)	5(I) 4(P)	-	-	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 05.04.2016)

\*Quando necessário é incluída CPI.



J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	5(I) 1(U)* 3(P)	5(I) 1(U) 3(P)	-
<b>Tarde</b>	-	-	5(I) 4(P)	5(I) 4(P)	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 05.04.2016)

\*Quando necessário é incluída CPI.

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	20.06.2016	19.05.2016	20.06.2016	19.05.2016
<b>Una Sumaríssimo</b>	23.05.2016	07.04.2016	24.05.2016	20.04.2016
<b>Instrução</b>	28.03.2017	06.04.2017	06.02.2017	26.10.2016
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-	-	-

(Fonte: Informação das Secretárias de Audiências em 05.04.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Média Sumaríssimo</b>	46,3	46,06	-0,52%	74,56	61,88%
	<b>Média Ordinário</b>	57,87	62,39	7,80%	85,95	37,77%
	<b>Média Geral</b>	<b>57,21</b>	<b>61,41</b>	<b>7,34%</b>	<b>85,26</b>	<b>38,83%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo em 2015 manteve-se no mesmo patamar de 2014 (variou de 46,3 dias para 46,06 dias). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 57,87 dias, em 2014, para 62,39 dias, em 2015 (elevação de 7,80%). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro e fevereiro, apontam elevação de 61,88% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo, e 37,77% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do



tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	30,62	21,98	-28,23%	28,54	29,85%
	Média Ordinário	238,25	155,88	-34,57%	187,94	20,57%
	Média Geral	223,25	144,4	-35,32%	178,44	23,57%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 30,62 dias, em 2014, para 21,98 dias, em 2015 (-28,23%). Além disso, o rito ordinário registrou redução da média de 238,25 dias em 2014, para 155,88 dias, em 2015 (-34,57%).

#### 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bruno Marcos Guarnieri	488	235	23	9	755
Carolina Cauduro Dias de Paiva	123	80	19	0	222
Daniela Meister Pereira	160	91	3	1	255
Jaqueline Maria Menta	0	1	0	0	1
Kelen Patrícia Bagetti	151	53	7	2	213
Roberta Testani	63	35	6	0	104
Silvionei do Carmo	745	463	45	17	1.270
<b>Total</b>	<b>1.730</b>	<b>958</b>	<b>103</b>	<b>29</b>	<b>2.820</b>

Juiz (a)	2016 (até 29.02)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Cauduro Dias de Paiva	43	25	6	0	74
Kelen Patrícia Bagetti	104	56	3	2	165
Silvionei do Carmo	126	53	9	1	189
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>134</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>428</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)



## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto nos artigos 17, 18 e 19, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Ana Paula Keppeler Fraga	-	2	0	2	-	2
Bruno Marcos Guarnieri	265	134	0	399	45	444
Carolina Cauduro Dias de Paiva	61	47	0	108	15	123
Daniela Meister Pereira	78	6	0	84	15	99
Graciela Maffei	2	8	0	10	-	10
Jaqueline Maria Menta	-	13	0	13	-	13
Kelen Patrícia Bagetti	68	3	0	71	8	79
Luís Fernando da Costa Bressan	-	19	0	19	-	19
Milena Ody	-	20	0	20	-	20
Roberta Testani	32	14	0	46	5	51
Rui Ferreira dos Santos	1	0	0	1	-	1
Silvionei do Carmo	460	302	2	764	79	843
Juiz não informado	-	1	0	1	-	1
<b>Total</b>	<b>967</b>	<b>569</b>	<b>2</b>	<b>1.538</b>	<b>167</b>	<b>1.705</b>

Juiz (a)	2016 (até 29.02)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Carolina Cauduro Dias de Paiva	22	18	0	40	7	47
Daniela Meister Pereira	2	31	0	33	-	33
Gustavo Jaques	-	2	0	2	-	2
Jaqueline Maria Menta	-	1	0	1	-	1
Kelen Patrícia Bagetti	49	0	0	49	11	60
Milena Ody	-	2	0	2	-	2
Silvionei do Carmo	50	52	1	103	9	112
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>106</b>	<b>1</b>	<b>230</b>	<b>27</b>	<b>257</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)



## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

O Juiz Titular, **Silvionei do Carmo**, possui **05** processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias. A conclusão mais antiga ocorreu em 23.05.2013.

A Juíza Substituta lotada, **Kelen Patrícia Bagetti**, possui **35** processos pendentes há mais de 50 dias, cuja conclusão mais antiga é datada de 06.10.2015.

Não se constataram processos pendentes de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais juízes que atuaram na Unidade Judiciária.

Ainda em relação ao Juiz **Silvionei do Carmo**, o sistema consigna uma pendência de “Antecipações de tutela pendentes com o Juiz”, mas trata-se de equívoco no registro, a ser corrigido pela secretaria.

No total, há **40** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias, na Unidade Judiciária.

*(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 04.04.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 31.03.2016 para processos que tramitam no Sistema PJe e no Sistema inFOR. Mais de 50 dias: 15.02.2016)*

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

O trabalho da Secretaria é realizado por carteira e a divisão é realizada pelas fases (conhecimento, liquidação e execução), tanto nos processos físicos como nos processos eletrônicos.

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e ofícios urgentes são realizados em até 24 horas e os demais documentos em até 5 dias após a determinação.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

No dia da correição estava sendo cumprido mandados assinados em até 5 dias após a determinação.

### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos conforme o recebimento e análise das guias de pagamento. Não havia pendências.

### 7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da correição, as petições protocoladas no dia 03.03.2016 estavam em apreciação.



## 7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Por ocasião da correição estava sendo certificado o prazo até o dia 10.02.2016.

## 7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é realizada duas vezes por semana.

## 7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponíveis e no máximo a cada 15 dias. O BacenJud é realizado uma vez por semana.

## 7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é realizado uma vez a cada 15 dias.

## 7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição do BNDT é feita após o BacenJud negativo. A retirada do BNDT é feita no momento em que se liberam os alvarás.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000935-06.2012.5.04.0512 <sup>1</sup>	30.11.2015	3 meses e 4 dias
2	0129200-65.2008.5.04.0512 <sup>1</sup>	18.12.2015	2 meses e 16 dias
3	0000322-83.2012.5.04.0512	21.01.2016	1 mês e 13 dias
4	0016000-46.2009.5.04.0512	29.01.2016	1 mês e 5 dias
5	0000374-45.2013.5.04.0512	03.02.2016	1 mês
6	0001635-45.2013.5.04.0512	04.02.2016	29 dias
7	0000848-50.2012.5.04.0512	10.02.2016	24 dias
8	0000942-66.2010.5.04.0512	15.02.2016	19 dias
9	0000045-38.2010.5.04.0512	16.02.2016	18 dias
10	0001517-69.2013.5.04.0512	23.02.2016	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.03.2016)

<sup>1</sup> Houve requerimento de dilação de prazo, deferido pelo Juiz, no entanto, não há indicação do seu término no sistema inFOR.

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correições ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de



cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática essa danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0014000-73.2009.5.04.0512	<b>14.09.2015</b>	5 meses e 20 dias
2	0182800-35.2007.5.04.0512		
3	0001399-64.2011.5.04.0512	<b>30.11.2015</b>	3 meses e 4 dias
4	0001515-70.2011.5.04.0512 <sup>1</sup>	<b>14.12.2015</b>	2 meses e 20 dias
5	0152400-67.2009.5.04.0512	<b>25.01.2016</b>	1 mês e 9 dias
6	0000880-55.2012.5.04.0512	<b>28.01.2016</b>	1 mês e 6 dias
7	0000216-58.2011.5.04.0512		
8	0000298-55.2012.5.04.0512		
9	0001295-72.2011.5.04.0512		
10	0001077-10.2012.5.04.0512	<b>03.02.2016</b>	1 mês
11	0118900-10.2009.5.04.0512		
12	0000975-51.2013.5.04.0512		
13	0001109-78.2013.5.04.0512		
14	0000584-33.2012.5.04.0512		
15	0000454-09.2013.5.04.0512		
16	0000661-08.2013.5.04.0512		
17	0000461-35.2012.5.04.0512		
18	0133900-55.2006.5.04.0512		
19	0119300-63.2005.5.04.0512		
20	0001778-34.2013.5.04.0512 <sup>2</sup>		
21	0097600-26.2008.5.04.0512 <sup>1</sup>	<b>08.02.2016</b>	26 dias
22	0189000-58.2007.5.04.0512	<b>10.02.2016</b>	24 dias
23	0000837-50.2014.5.04.0512		
24	0001514-17.2013.5.04.0512		
25	0031100-75.2008.5.04.0512		
26	0187800-16.2007.5.04.0512	<b>15.02.2016</b>	19 dias
27	0001390-20.2011.5.04.0701		
28	0001291-98.2012.5.04.0512		
29	0001462-55.2012.5.04.0512	<b>18.02.2016</b>	16 dias
30	0000392-37.2011.5.04.0512		



31	0001005-86.2013.5.04.0512		
32	0001446-38.2011.5.04.0512	23.02.2016	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.03.2016)

<sup>1</sup> Há petição protocolada em 18.02.2016 requerendo dilação de prazo, ainda não apreciada pelo Juízo.

<sup>2</sup> O laudo foi protocolado em 17.02.2016, porém os autos ainda não foram devolvidos.

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correições ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática essa danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	512-00367/15	0000528-97.2012.5.04.0512	23.09.2015	5 meses e 11 dias
2	512-00368/15	0000186-18.2014.5.04.0512		
3	512-00371/15	0169600-58.2007.5.04.0512		
4	512-00373/15	0169600-58.2007.5.04.0512		
5	512-00374/15	0169600-58.2007.5.04.0512		
6	512-00401/15	0000691-14.2011.5.04.0512	28.10.2015	4 meses e 6 dias
7	512-00408/15	0000213-06.2011.5.04.0512	25.11.2015	3 meses e 9 dias
8	512-00417/15	0000310-69.2012.5.04.0512		
9	512-00423/15	0000903-64.2013.5.04.0512	03.12.2015	3 meses e 1 dia
10	512-00466/15	0000098-77.2014.5.04.0512	04.02.2016	1 mês
11	512-00468/15	0001012-15.2012.5.04.0512		
12	512-00471/15	0005800-77.2009.5.04.0512		
13	512-00474/15	0005800-77.2009.5.04.0512		
14	512-00025/16	0048400-55.2005.5.04.0512		
15	512-00015/16	0001108-59.2014.5.04.0512	12.02.2016	22 dias
16	512-00047/16	0000265-36.2010.5.04.0512	16.02.2016	18 dias
17	512-00477/15	0001236-84.2011.5.04.0512	19.02.2016	15 dias
18	512-00478/15	0001236-84.2011.5.04.0512		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.03.2016)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos



físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em **03.03.2016**, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **1.484 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0120100-57.2006.5.04.0512
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> não há inutilização das folhas em branco, como se observa no verso das fls. 688/690, 700/701, 703/721, 727, 729/734, 737/765, 769/776; termo de juntada da fl. 723-v não preenchido e não firmado. <b>Movimentação processual:</b> não foi cumprida parte final do despacho da fl. 766-v; petição com protocolo na data de 09.11.15 somente foi juntada em 14.12.15 (fls. 790-v e 791), não tendo sido analisada pelo juízo até a data de remessa dos autos à Corregedoria; petição com protocolo em 14.01.16 foi juntada aos autos em 18.02.16 (fls. 809-v e 810), não tendo sido analisada, da mesma forma, até 18.02.16.	
2	0115900-36.2008.5.04.0512
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Extinta a execução (fl. 1195), cujo trânsito em julgado deu-se em 10.08.2015 (conf. fl. 1199-v), não houve determinação de arquivamento até o presente.	
3	0001845-96.2013.5.04.0512
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Certidão de trânsito em julgado da sentença firmada por estagiária (fl. 222-v), quando já decorridos mais de 30 dias; cálculos de liquidação com protocolo em 07.05.2015, juntados aos autos em 01.06.2015 (fls. 228-v/229); petição com protocolo em 01.07.2015 juntada aos autos em 06.10.2015 (fls. 239-v/240).	
4	0013400-52.2009.5.04.0512
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> não há inutilização das folhas em branco, como se observa no verso das fls. 790/800. <b>Movimentação processual:</b> Determinação de expedição de alvará em decisão datada de 28.09.2015 (fl. 801), somente realizada em 01.12.2015 (fls. 806/808); petição protocolada na data de 10.02.2016, juntada aos autos em 18.02.2016.	
5	0001468-28.2013.5.04.0512
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> carga de processo sem data de devolução e identificação do servidor (fl. 310). <b>Movimentação processual:</b> sentença com trânsito em julgado em 05.05.2014, certificado em 25.06.2014 (fl. 261); cálculos de liquidação com protocolo em 24.11.2014, juntados aos autos em 22.01.2015 (fls. 264-v e 265); retificação dos cálculos protocolada em 09.02.2015, e juntada em 17.03.2015; notificação das partes em 23.04.2015; petição da fl. 311 protocolada em 22.05.2015, juntada aos autos em 20.07.2015; não há nos autos certidão quanto à juntada de autos provisórios.	
6	0000381-37.2013.5.04.0512
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de conclusão firmado por estagiária (fl. 214). <b>Movimentação processual:</b> petição protocolada em data de 21.03.2014, o reclamante informa o descumprimento do acordo; é dada vista à reclamada em 26.01.2015, e novamente em 05.02.2015 para que sejam apresentados os comprovantes de pagamento (fl. 213). Em	



23.04.2015 é determinada a penhora mediante BACEN, efetivada em 21.05.2015 (fl. 216). E desde esta data não houve outras determinações.

7

0000679-92.2014.5.04.0512

**Aspectos gerais dos autos\*:** certidão de decurso do prazo firmado por estagiária (fl. 70-v), assim como termo de conclusão (fl. 71). **Movimentação processual:** reclamante informa descumprimento do acordo em petição com data de 07.07.2013 e juntada em 13.10.2015, havendo determinação para início da execução em decisão datada de 11.01.2016 (penhora BACEN em 28.01.2016).

8

0000847-94.2014.5.04.0512

**Aspectos gerais dos autos:** certidões e termos firmados por estagiárias (fls. 232, 233, 235-v). Termo de juntada da fl. 247-v sem preenchimento e firma. **Movimentação processual:** Sentença proferida em 31.08.2015, com a notificação das partes em 09.10.2015 (fls. 244-v, 245 e 246);

9

0000614-97.2014.5.04.0512

**Aspectos gerais dos autos\*:** certidões e termos firmados por estagiárias como por ex. fls. 752 e 769. **Movimentação processual:** pauta de prosseguimento inicialmente marcada para 14.05.2015 (fl. 403), foi adiada para 24.06.2015 (fl. 741), para “readequação da pauta”, sendo que desde 01.12.2014, a prova pericial estava pronta e o encerramento da instrução dependendo tão somente da oitiva das partes e testemunhas; sentença proferida em 14.09.2015, com notificação das partes em 09.10.2015 (fls. 751/753); recurso ordinário protocolado em 21.10.2015 e juntado aos autos em 24.11.2015 (fls. 754-v e 755); análise dos pressupostos em 12.01.2016.

10

0001648-78.2012.5.04.0512

**Aspectos gerais dos autos\*:** devolução dos autos sem data de recebimento e assinatura do servidor (fls. 370 e 374). **Movimentação processual:** cálculos de liquidação apresentados em 16.04.2015 (fl. 357), sendo juntados em 21.05.2015 (fl. 356-v), e despachados em 26.05.2015; manifestação da reclamada protocolada em 02.07.2015 e juntada aos autos em 07.10.2015; cálculos complementares apresentados em 11.11.2015, juntados aos autos em 15.12.2015, e as partes notificadas em 26.01.2016 (fl. 388).

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 03.03.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0000933-65.2014.5.04.0512	
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0098100-73.2000.5.04.0512	0000020-54.2012.5.04.0512
0000024-91.2012.5.04.0512	0000021-39.2012.5.04.0512
0000248-29.2012.5.04.0512	0125000-15.2008.5.04.0512



<b>Carta precatória com registros desatualizados aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:</b>	
0001435-72.2012.5.04.0512	0054700-33.2005.5.04.0512
0000226-34.2013.5.04.0512	
<b>Demora no impulso processual – Processos Exemplos:</b>	
0000646-10.2011.5.04.0512	0033200-66.2009.5.04.0512
0000572-87.2010.5.04.0512	0000137-11.2013.5.04.0512
0000316-42.2013.5.04.0512	0116800-82.2009.5.04.0512
0001315-58.2014.5.04.0512	
<b>Registros desatualizados – Processos Exemplos:</b>	
0000701-87.2013.5.04.0512	0001249-78.2014.5.04.0512
0000510-76.2012.5.04.0512	
<b>Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:</b>	
0056900-52.2001.5.04.0512	0048500-20.1999.5.04.0512
0000793-65.2013.5.04.0512	0000725-52.2012.5.04.0512
0000147-89.2012.5.04.0512	0001607-14.2012.5.04.0512
<b>Processo aguardando apensamento ou apensado a outro sem andamento – Processos Exemplos:</b>	
0000533-90.2010.5.04.0512	
<b>Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:</b>	
0016400-36.2004.5.04.0512	0020500-97.2005.5.04.0512
0137900-35.2005.5.04.0512	0099700-56.2005.5.04.0512
0084900-23.2005.5.04.0512	0084300-07.2002.5.04.0512
<b>Processo recebido do TRT/TST sem andamento – Processos Exemplos:</b>	
0000006-65.2015.5.04.0512	0001316-43.2014.5.04.0512
0000013-57.2015.5.04.0512	0000012-72.2015.5.04.0512
0000014-42.2015.5.04.0512	0000011-87.2015.5.04.0512
<b>Registrar suspensão do processo no InFOR – Processos Exemplos:</b>	
0000543-03.2011.5.04.0512	

Foi constatada quantidade significativa de processos parados com remissões às tramitações dos autos 000157-07.2010.5.04.0512, 0000574-



57.2010.5.04.0512 e 0034300-56.2009.5.04.0512, assim como “pilha Coomtau, Polibrilho”, dentre outras, sem nenhuma informação a respeito de tratar-se ou não de reunião em execução ou suspensão/sobrestamento. Este procedimento prejudica os resultados da Unidade Judiciária, na medida em que elastece o prazo desnecessariamente o prazo médio de execução, na comparação com a média regional ou com a das Varas correlatas no momento em que for informado o encerramento das referidas execuções.

### **8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### **8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL**

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a liberação do depósito recursal em favor do credor, é realizada imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal.

### **8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA**

Conforme informação do Diretor de Secretaria, o Juiz **não determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (art. 18, V, “g”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 2012 e art. 26, V, “g” da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016). Tal constatação é relativa ao período anterior ao novo Código do Processo Civil, não havendo, ainda, procedimento apurado após.

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria apresentou despacho determinando, de ofício, a realização do BacenJud antes da citação dos sócios, invocando o poder geral de cautela (art. 798 c/c 813/814 do CPC) e o princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF/88).

## **9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe**

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 05.09.2014.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada presencialmente na data da inspeção. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	-	83	0020067-78.2014	29/01
Com habilitações não lidas	-	191	0020734-30.2015	01/06
Com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado		08	0021897-45.2015	23/10
Com petições não apreciadas	-	555	0020808-84.2015 0021853-26.2015	25/02 23/03
Mandados devolvidos OJ	-	38	0022116-58.2015	13/01

Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Apreciar urgentes	-	02	0020658-69.2016	01/04
Apreciar dependência	-	01	0020594-59.2016	23/03
Aguardando cumprimento de providência	1- Conhecimento	251	0020406-37.2014	28/05
Aguardando ciência	1- Conhecimento	02	0021585-69.2015	26/01
Aguardando ciência decisão- ConPra	1- Conhecimento	02	0020294-68.2014	05/04
Aguardando término dos prazos	1- Conhecimento	111	0021134-44.2015	19/02
Análise do Conhecimento	1- Conhecimento	26	0020838-22.2015	05/11
Controle de Sobrestamento/Suspensão	1- Conhecimento	-		
Controle manual do prazo pós sentença	1- Conhecimento	13	0020227-06.2014	22/10
Prazos vencidos	1- Conhecimento	96	0020709-17.2015	05/11
Triagem inicial	1- Conhecimento	76	0020563-39.2016 – subpasta J1 Marcar Iniciais	22/03
Aguardando cumprimento de providência	2-Liquidação	-		
Aguardando término dos prazos	2-Liquidação	-		
Análise de Liquidação	2-Liquidação	04	0020533-72.2014	10/03
Controle de Sobrestamento/Suspensão	2-Liquidação	-		
Controle manual do prazo pós sentença	2-Liquidação	-		



<b>Prazos vencidos</b>	2-Liquidação	03	0020049-57.2014	05/03
<b>Aguardando cumprimento de providência</b>	3-Execução	24	0020503-37.2014	04/11
<b>Aguardando ciência decisão – ConPra</b>	3-Execução	-		
<b>Aguardando término dos prazos</b>	3-Execução	32	0020499-97.2014	19/11
<b>Análise de Execução</b>	3-Execução	45	0020316-29.2014	11/12
<b>Controle de Sobrestamento/Suspensão</b>	3-Execução	-		
<b>Controle manual do prazo pós sentença</b>	3-Execução	-		
<b>Prazos vencidos</b>	3-Execução	02	0020401-78.2015	08/03

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição – 05/04/2016)

No agrupador “Processos com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado” há processos já apreciados, mas não excluídos do agrupador (0021897-45.2015, 0020332-12.2016). O mesmo ocorre com o Agrupador “Mandados Devolvidos OJ”, pois há processos com mandados já apreciados, mas não excluídos do agrupador (0022116-58.2015).

Recomenda-se a atualização dos agrupadores, para melhor controle no andamento dos processos.

De outra parte, em relação às tarefas e caixas criadas no interior da tarefa a Vara está bem organizada, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos. Apenas algumas considerações:

Na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência”, o processo 0021427-14.2015.5.04.0512 está pendente desde 16.12.2015, não obstante em 14.01.2016 veio a notícia de que as partes realizaram acordo. Tal processo deve ser impulsionado.

Na tarefa “Aguardando Ciência, no processo 0021585-69.2015.5.04.0512, há pedido de alvará no dia 01.02.2016, e término de prazo em 15.02.2016, sem nenhum movimento posterior.

Na tarefa “Análise de Conhecimento” há processo na seção de perícias deste Tribunal desde 23.10.2015. Recomendável que o processo (0021108-46.2015.5.04.0512) seja movimentado à “Análise de Perícias”, lembrando que a “Análise de Conhecimento” é tarefa concebida para ser de passagem, para que os processos sejam movimentados a tarefas específicas, conforme a providência a ser adotada.

Na tarefa “Apreciar Urgentes”, no processo 0020596-29.2016.5.04.0512 já houve decisão que reconhece a dependência, mas ainda não houve em relação à tutela antecipada requerida na petição inicial, em 23.03.2016.



Em “Controle Manual – Prazos pós-sentença” há processos com pendências. No de número 0020227-06.2014.5.04.0512, o último movimento é a notificação da sentença, em 22.10.2015. Há outros em situação similar.

Na tarefa “Análise de Liquidação” há determinação, no processo 0020533-72.2014.5.004.0512, para apresentação de cálculos pelas partes sem movimentação posterior, e no processo 0020576-72.2015.5.04.0512 há petição de acordo entabulado sem análise desde 11.03.2016.

Na tarefa “Aguardando término dos prazos - Exec”, no processo 0020499-97.2014.5.04.0512 há mandado de penhora negativo em 19/11/2015, sem movimentação posterior.

Na tarefa “Análise de Execução”, no processo 0020316-29.2014.5.04.0512, há penhora on-line já efetivada, sem movimentação posterior.

Na tarefa “Prazos vencidos - Execução”, há um processo com despacho em 08.03.2016 determinando a notificação do executado, sem movimentação posterior (0020401-78.2015).

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **requereu** e, mediante deferimento, contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por duas vezes durante o período correccionado, de **20 a 24.07.2015** e de **27 a 31.07.2015**.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A Secretaria dispõe de amplo espaço com toda estrutura necessária para desenvolver o trabalho. Importante destacar que a unidade também dispõe de gabinetes para os Juízes Titular e Substituto.

Os prazos médios de tramitação de processos na fase de conhecimento aumentaram em relação ao ano de 2014, no entanto, ainda são inferiores às demais unidades que possuem a mesma movimentação processual, no ano de 2015. Por outro lado, na fase de execução é necessário alterar o fluxo de trabalho na Secretaria para agilizar a tramitação, uma vez que o prazo médio total na fase de execução em 2015 aumentou e está acima da média das demais unidades similares e do TRT.

Quanto à análise das petições protocoladas também é necessário rever a forma de trabalho, uma vez que não é feita uma separação prévia de processos urgentes (processos com audiências próximas, com depósitos judiciais, processos de execução, etc), fatos que podem prejudicar o jurisdicionado.

Por fim, destaca-se como positiva a prática da unidade de incluir em pauta processos que retornam do TRT para tentativa de conciliação. Tal medida está tendo êxito em algumas demandas.



## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3 – 2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5 - 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que atualize os agrupadores, especialmente os “Processos com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado” e “Mandados Devolvido por Oficial de Justiça”, e, ainda, bem que movimente o processo 0021108-46.2015.5.04.0512 da tarefa “Análise de conhecimento” para a tarefa “Análise de perícias”.

## **13 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS**

### **13.1. SECRETARIA**



### ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0001182-84.2012.5.04.0512 (reclamante) e nº 0090300-57.2001.5.04.0512 (duas reclamadas), com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

### ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à improcedência da impugnação à sentença de liquidação apresentada pelo reclamante no processo nº 0136000-12.2008.5.04.0512;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0001063-60.2011.5.04.0512;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2015)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, **9 processos** dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

### ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de



audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 7.10.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

## **8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)**

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.484 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como o de nº 0000933-65.2014.5.04.0512, dentre outros;
- b) archive processos como os de nº 0098100-73.2000.5.04.0512, 0000020-54.2012.5.04.0512, 0000024-91.2012.5.04.0512, 0000021-39.2012.5.04.0512, 0000248-29.2012.5.04.0512, 0125000-15.2008.5.04.0512, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0000646-10.2011.5.04.0512, 0033200-66.2009.5.04.0512, 0000572-87.2010.5.04.0512, 0000137-11.2013.5.04.0512, 0000316-42.2013.5.04.0512, 0116800-82.2009.5.04.0512, 0001315-58.2014.5.04.0512, dentre tantos outros;
- d) devolva Cartas Precatórias ou dê andamento às devolvidas como as de nº 0001435-72.2012.5.04.0512, 0054700-33.2005.5.04.0512, 0000226-34.2013.5.04.0512, dentre outras;
- e) diligencie para apreciar as petições protocoladas em processos como os de nº 0056900-52.2001.5.04.0512, 0048500-20.1999.5.04.0512, 0000793-



- 65.2013.5.04.0512, 0000725-52.2012.5.04.0512, 0000147-89.2012.5.04.0512, 0001607-14.2012.5.04.0512, dentre outros;
- f) efetue o apensamento determinado em processos como o de nº 0000533-90.2010.5.04.0512, dentre outros;
- g) dê andamento aos processos recebidos do TRT como os de nº 0000006-65.2015.5.04.0512, 0001316-43.2014.5.04.0512, 0000013-57.2015.5.04.0512, 0000012-72.2015.5.04.0512, 0000014-42.2015.5.04.0512, 0000011-87.2015.5.04.0512, dentre outros;
- h) efetue a remessa ao TRT dos autos de processos como os de nº 0016400-36.2004.5.04.0512, 0020500-97.2005.5.04.0512, 0137900-35.2005.5.04.0512, 0099700-56.2005.5.04.0512, 0084900-23.2005.5.04.0512, 0084300-07.2002.5.04.0512, dentre outros;
- i) atualize os registros de processos como os de nº 0000701-87.2013.5.04.0512, 0001249-78.2014.5.04.0512, 0000510-76.2012.5.04.0512, dentre outros;
- j) registre a suspensão no inFOR, conforme determinado em processos como o de nº 0000543-03.2011.5.04.0512, dentre outros;
- k) regularize o registro da situação dos processos que aguardam a tramitação de outros feitos como os de nº 000157-07.2010.5.04.0512, 0000574-57.2010.5.04.0512 e 0034300-56.2009.5.04.0512, dentre outros, informando se estão suspensos/sobrestados ou reunidos em execução.

### ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se à Unidade que impulse os processos 0021427-14.2015.5.04.0512, 0021585-69.2015.5.04.0512, 0020596-29.2016.5.04.0512, 0020533-72.2014.5.04.0512, 0020576-72.2015.5.04.0512, 0020499-97.2014.5.04.0512, 0020316-29.2014.5.04.0512 e 0020401-78.2015.5.04.0512, bem como dar andamento a todos os processos contidos na tarefa “Controle Manual – Prazos Pós-sentença” pendentes até 48h antes da data da correição.

## 13.2. MAGISTRADOS

### ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes **Silvionei do Carmo** e **Kelen Patrícia Bagetti** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O Juiz **Silvionei do Carmo** deve proferir suas pendências em 10 dias.

A Juíza **Kelen Patrícia Bagetti** deve apresentar plano de trabalho, em 05 dias, para redução de seu resíduo.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio para cada magistrado.



## **14 DETERMINAÇÕES GERAIS**

### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº 0000381-37.2013.5.04.0512;

## **15 SOLICITAÇÃO PARA ÁREA ADMINISTRATIVA**

O Diretor de Secretaria salientou que após a aposentaria de um servidor não houve reposição. Requer a breve reposição de um servidor tendo em vista o aumento das demandas na unidade. A pretensão será encaminhada à Diretoria Geral.

## **16 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Substituta lotada e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro.



Compareceram representantes da Rádio Difusora – 89.9 – e do Jornal Semanário, e o advogado Cleber Dalla Colletta, presidente da OAB Subseção de Bento Gonçalves, que levantou algumas questões:

- Requer o posicionamento do TRT em relação à decisão de separar as ações trabalhistas com verbas contratuais e acidentárias;
- Problemas de registros de pedidos dos advogados em audiência;
- Problemas em relação aos peritos, em especial nas perícias médicas, pois os profissionais não estão permitindo ao advogado acompanhar o cliente na “entrevista”, segundo ele, em desatenção ao Estatuto da Advocacia, entendendo que se o cliente permitir, pode haver o acompanhamento. No momento, houve recomendação desta Corregedora de realizar um contato com os juízes das unidades judiciárias.
- Requer que o TRT tenha uma tabela de honorários, para quando os honorários forem pagos pela parte, sejam fixados com base na tabela, evitando assim distorções que estão ocorrendo;
- Necessidade urgente de reduzir o prazo das audiências, pois as audiências iniciais estão sendo marcadas com prazo de 3 meses após o ajuizamento e as audiências de prosseguimento estão para 12 ou 13 meses após a audiência inicial;
- Por fim sugeriu a criação da 3ª Vara do Trabalho, realização de regime de exceção, com realização de audiência na 3ª sala e substituição dos magistrados quando em férias.

## **17 PRAZO PARA RESPOSTA**

**17.1 O Diretor de Secretaria** deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

**17.2 Os Juízes Silvionei do Carmo e Kelen Patrícia Bagetti** deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

## **18 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta, Kelen Patrícia Bagetti, pelo Diretor de Secretaria, João Francisco Gonsales Galvão e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno**  
**Corregedora Regional**